

GOVERNO JAVIER MILEI E DEMOCRACIA NA ARGENTINA: ESTUDO À LUZ DA TEORIA DA TERCEIRA ONDA DE AUTOCRATIZAÇÃO

JAVIER MILEI'S GOVERNMENT AND DEMOCRACY IN ARGENTINA: A STUDY IN LIGHT OF THE THIRD WAVE OF AUTOCRATIZATION THEORY

Recebido em 08.10.2025

Aprovado em 23.11.2025

Rômulo Monteiro Garzillo¹**Isabella Coimbra Pires de Mello²**

RESUMO

Em um contexto global de crise da democracia liberal, este artigo examina as variações na qualidade democrática da Argentina sob o governo de Javier Milei. Utilizando os conceitos de “terceira onda de autocratização” e “autocratização” de Anna Lührmann e Staffan I. Lindberg, investiga-se se o país enfrenta uma erosão democrática associada às políticas de Milei. Com base na literatura juspolítica, identifica-se Milei como um líder populista de extrema-direita com discurso anti-institucional, semelhante a Jair Bolsonaro e Donald Trump. Além da análise filosófico-política do discurso ideológico, o estudo apoia-se em dados de relatórios internacionais sobre democracia, como V-Dem, Freedom House e IDEA. A combinação da reflexão teórica com a análise empírica visa responder se a Argentina está de fato trilhando um caminho de autocratização conforme descrito por Lührmann e Lindberg.

Palavras-Chave: Argentina; Autocratização; Democracia; Javier Milei.

ABSTRACT

¹ Doutorando em Teoria do Estado na USP. *Visiting Scholar* na UNSW Sydney e na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Mestre em Filosofia do Direito na PUC-SP. Graduado em Direito na PUC-SP. Professor Assistente de Direito Constitucional pela Sciences. Email: romulo.monteirogarzillo@sciencespo.fr. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8716-4117>

² Graduada em Criminologia e Justiça Criminal pela UNSW Sydney. Graduada em Direito pela PUC Minas e mestranda em Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Contato: isabellacpmello@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0061-4697>

In a global context of liberal democracy crisis, this article examines variations in the democratic quality of Argentina under Javier Milei's government. Using the concepts of "third wave of autocratization" and "autocratization" developed by Anna Lührmann and Staffan I. Lindberg, it investigates whether the country is experiencing democratic erosion linked to Milei's policies. Based on political-legal literature, Milei is identified as a far-right populist leader with an anti-institutional discourse, similar to Jair Bolsonaro and Donald Trump. Beyond the philosophical-political analysis of his ideological rhetoric, the study relies on data from international democracy reports such as V-Dem, Freedom House, and IDEA. The combination of theoretical reflection and empirical analysis aims to determine if Argentina is indeed on a path of autocratization as described by Lührmann and Lindberg.

Keywords: Argentina; Autocratization; Democracy; Javier Milei.

1.Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos iniciais do governo de Javier Milei na qualidade da democracia argentina, situando-os no debate contemporâneo sobre a chamada "terceira onda de autocratização". A pesquisa insere-se na tradição dos estudos comparados que buscam compreender de que forma líderes eleitos por via democrática podem corroer, gradualmente, os pilares institucionais que sustentam o regime. É importante ressaltar a relevância desta investigação à luz do tema da memória política. O esfacelamento das bases democráticas – ou mesmo a sua morte – caminha de mãos dadas com o sentimento de apatia e niilismo em relação a valores e princípios inegociáveis que compõem o imaginário democrático. O grande desafio da quadra histórica atual está em encontrar soluções de proteção à democracia quando uma parcela significativa da população passa a defender visões autoritárias. Nesse cenário, a memória desempenha um papel essencial: rememorar as mazelas do passado na esperança de que tragédias e violações não se repitam. A experiência argentina demonstra como a lembrança do regime de exceção (1976-1983) se tornou um marco civilizatório, sintetizado na expressão "nunca mais" (Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas, 1995). A evocação dessa memória crítica permite compreender tanto as fragilidades quanto as potencialidades da democracia diante de novos riscos autoritários.

Assim como outros países da América Latina, a Argentina enfrentou um regime ditatorial durante o século XX. O apelidado *Proceso de Reorganización*

Nacional (PNR) durou entre os anos de 1976 e 1983, tendo sido o seu fim marcado pela eleição do presidente Raúl Afonsín e, no mesmo ano, pela criação da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) (cf. Novaro; Palermo, 2007). A CONADEP, junto ao *Juicio a las Juntas* – entidade responsável pelo julgamento de ex-comandantes das juntas militares que atuaram na ditadura argentina ainda em 1983 –, foi um elemento essencial para o processo de redemocratização do país. Ao contrário do que ocorreu no Brasil (cf. Teles, 2001), a Argentina recusou-se em conceder anistia a militares e lutou para manter viva a memória sobre os desaparecimentos e das demais violações a direitos humanos ocorridos durante o regime de exceção. Todo esse esforço de reflexão crítica em torno das mazelas de seu passado autoritário fizeram da Argentina uma referência no processo de redemocratização da América Latina (cf. Novaro; Palermo, 2007).

Contudo, após 40 anos do fim do regime militar, há indícios de que a Argentina esteja correndo o risco de integrar o extenso rol de países que vêm sofrendo com a ascensão de *outsiders* populistas com pretensões autoritárias, como é o caso de políticos como Jair Bolsonaro (Brasil), Nicolás Maduro (Venezuela), Nayib Bukele (El Salvador), Recep Tayyip Erdoğan (Turquia), Narendra Modi (Índia), Aleksandr Lukashenko (Belarus), Viktor Orbán (Hungria), Vladimir Putin (Rússia) e Donald Trump (EUA) (cf. Mounk, 2019).

Neste artigo, partiremos do conceito de “terceira onda de autocratização”, elaborado por Lührmann e Lindberg (2019, pp. 1095-1113), para interpretar o atual contexto de crise democrática que vem se espalhando em todo o mundo. Feita a análise à luz dos estudos de Lührmann e Lindberg, buscaremos compreender *como* (e *se*) a Argentina, desde o início do governo de Milei, se inclui (ou se está a caminho de se ver incluída) no molde conceitual de “autocratização”.

A dificuldade maior do estudo está em verificar se, mesmo sem um claro movimento disruptivo – que pode se manifestar seja a partir de um golpe militar ou de uma fraude eleitoral – haveria um processo mais lento, gradual e silencioso de degeneração das bases institucionais que sustentam e dão forma ao regime democrático argentino. Atualmente, o que se observa não são mais golpes de Estado evidentes, que destroem democracias a partir de movimentos bruscos, como

o fechamento do legislativo, a interrupção violenta de processos eleitorais, quarteladas ou guerras civis. Na verdade, estudos indicam que estamos diante de um fenômeno oposto: a terceira onda de autocratização se caracteriza por um lento processo de “degeneração” ou “putrefação” dos regimes (Balkin, 2020), que muitas vezes se encontram em um ponto intermediário entre a democracia e o autoritarismo, conhecidos como regimes mistos ou híbridos (cf. Levitsky, Way, 2010; Diamond, 2002).

Para atingir tais objetivos, o primeiro capítulo faz uma breve análise da literatura sobre a crise da democracia liberal no século XXI. Partindo dos estudos de Lührmann e Lindberg, bem como de outros importantes cientistas políticos – como Larry Diamond (2002; 2020), Adam Pzerworski (2019), Steven Levitsky (2018) e Nancy Bermeo (2016) – o primeiro capítulo será dedicado a delinear as principais características do fenômeno da terceira onda de autocratização.

O segundo capítulo, por sua vez, se voltará à análise do conteúdo ideológico de Javier Milei, bem como das medidas políticas por ele adotadas desde a sua posse, para que se possa refletir a respeito se de fato há (ou não há) um processo de degeneração das bases democráticas da Argentina.

Vale destacar que o estudo ora proposto não pretende esgotar o tema ou alcançar conclusões definitivas. Reconhece-se, sobretudo, a importância de levar em consideração o quão recente é o governo Milei, evitando-se conclusões precipitadas. É por isso que o estudo será feito à luz de dados produzidos nos mais recentes relatórios internacionais sobre democracia no mundo, como o *V-Dem*, *Freedom House* e *IDEA*.

2. A TERCEIRA ONDA DE AUTOCRATIZAÇÃO

O fim da Guerra Fria – ocorrido a partir da queda do muro de Berlim (1989) e da implosão da URSS (1991) – trouxe consigo a expansão e a solidificação da democracia liberal em todo o mundo, sobretudo na América Latina e no Leste Europeu, onde o autoritarismo habitava como regra. Tais eventos trouxeram um forte sentimento de otimismo, o que marcou o final dos anos 1980 e início dos 1990, ao menos na parte ocidental do globo. Este contexto de entusiasmo democrático levou

o cientista político Francis Fukuyama (1992) a escrever *O fim da história e o último homem*, obra na qual, com certa ironia, comemorou a vitória do liberalismo político face aos demais modelos de regimes, como foi o caso soviético.

Atento à expansão da democracia liberal naquela quadra histórica, o historiador Samuel Huntington elaborou o conceito de *terceira onda de democratização*. Sua obra busca identificar, na história contemporânea, duas “ondas” de avanço da democracia (1ª onda em 1828-1926 e 2ª onda em 1943-1962) e duas “ondas” de retrocesso democrático (sendo a 1ª onda em 1922-1942 e a 2ª onda em 1958-1975) (Huntington, 1991). Assim, o ano de 1974 adiante – tendo-se em vista que o livro foi publicado em 1991 – marcaria o início da então chamada “terceira onda de democratização”. O conceito de *onda* traduz, segundo o autor, a noção de um amplo e sistêmico movimento político, em que um grupo de países acabam migrando, de forma conjunta, para um determinado tipo de regime, seja no sentido de se tornar mais democrático (ondas de democratização), ou menos democrático (ondas reversas) (Ibid., pp. 15-16).

Entretanto, desde o início dos anos 2000, alguns pesquisadores passaram a identificar sinais de esgotamento na dinâmica da terceira onda de democratização (cf. Diamond, 2002). Sinais de crise democrática passaram a se espalhar em diversos países do globo, como Rússia, Turquia, Venezuela, Hungria e Polônia. Mesmo na Europa Ocidental, onde os regimes democráticos ainda se mantêm de forma minimamente estável, a ascensão de partidos localizados à extrema-direita do espectro político tornou-se um novo problema a ser enfrentado. Essa tendência pode ser facilmente verificada tanto nas eleições internas de países como Itália, França e Portugal, como nas eleições para o Parlamento Europeu, ocorridas em junho de 2024, onde a extrema-direita alemã e francesa marcaram forte presença (Picheta, 2024). Mas é especificamente no ano de 2016, após o início do primeiro mandato de Donald Trump nos Estados Unidos, que o tema ganhou tração entre acadêmicos do mundo todo (cf. Mounk, 2019).

Na América Latina, para além dos casos mais extremos da Venezuela e de El Salvador, um dos exemplos mais eloquentes do processo de autocratização é justamente o caso brasileiro, sobretudo durante o período do governo populista de

Jair Bolsonaro (2019-2022). Inspirado por um ideário e uma retórica política reacionária, golpista e conspiracionista (Garzillo; Pires de Mello, 2023) o regime Bolsonaro se apresentou como uma alternativa anti-institucional, que colocou em risco o regime democrático constitucional brasileiro, a partir de duas frentes. De um lado, Bolsonaro fez ataques diretos ao regime democrático e aos direitos fundamentais, radicalizando o debate político, promovendo boicotes e desinformação durante a pandemia de COVID-19, além de ter buscado, sem sucesso, mobilizar as Forças Armadas para uma aventura golpista contra o resultado das eleições presidenciais de 2022 e contra o Supremo Tribunal Federal. Não obstante, Bolsonaro também empreendeu ataques mais “sutis” ao regime democrático, buscando destruir a democracia brasileira “por dentro”, por meio do que Oscar Vilhena, Rubens Glezer e Ana Laura Barbosa (2022, p. 592) classificaram como “infralegalismo autoritário”. Segundo os autores:

Esse método privilegiou a implementação de uma agenda populista e autoritária por meio da edição de decretos, nomeações e ações no âmbito administrativo, orçamentário e burocrático, amparadas por pressões parainstitucionais sobre agentes públicos e voltadas para a erosão ou neutralização de diversos direitos e valores estabelecidos pela Constituição de 1988. (Ibid., 2022, p. 592).

Este novo método autoritário parece coincidir com as mais recentes pesquisas da ciência política comparada, que indicam, como característica da terceira onda de autocratização, o manejo de novas técnicas e estratégias antidemocráticas. Dentre as técnicas utilizadas, Przeworski (2019, p. 202) distingue dois tipos de medidas que ele denomina de “sub-reptícias”. No primeiro grupo estariam “mudança de fórmulas eleitorais, redesenho de novos distritos, novas exigências para votar (...) intimidação da oposição e a imposição de restrições não governamentais” (Przeworski, 2019, p. 202). Já no segundo grupo o autor menciona medidas como “transferência de poder do Legislativo para o Executivo, restrição da independência do Judiciário e o uso de referendos para superar barreiras institucionais” (Przeworski, 2019, p. 202).

Anna Lührmann e Staffan Lindberg (2019), pesquisadores do *Projeto Variedades de Democracia* (V-Dem) – do Departamento de Ciência Política da Universidade de Gotemburgo, na Suécia –, entendem que a terceira onda de autocratização se dá por meio do fenômeno da erosão democrática. Para ambos, os novos autocratas sobem ao poder a partir das instituições e, uma vez lá, “minam gradualmente, mas substancialmente, as normas democráticas sem abolir as principais instituições democráticas” (Ibid, p. 1096). Trata-se, portanto, de um novo método. Em nosso entendimento, as razões para seu uso decorrem do fortalecimento dos mecanismos constitucionais desenvolvidos com o 2º pós-guerra em todo o mundo, como o fortalecimento do Poder Judiciário e a maior rigidez do núcleo sensível constitucional, bem como a positivação de direitos fundamentais. Com um sistema constitucional fortalecido, cuja estrutura institucional visa impedir o retorno do autoritarismo que marcou a 1ª onda de autocratização, líderes com tendências autocráticas enfrentam dificuldades em atacar diretamente as balizas constitucionais. Assim, muitos preferem realizar ataques indiretos e graduais, enfraquecendo os alicerces da democracia de maneira mais sutil, a fim de atrair menos atenção da mídia e de organismos de controle em uma sociedade cada vez mais conectada.

Em que pese o sucesso do constitucionalismo em forçar líderes populistas a adotarem estratégias aparentemente mais brandas, fato é que, por outro lado, este tipo de expediente muitas vezes passa despercebido pelas instituições de controle. Desse modo, o lento desmonte das bases da política e da democracia liberal – o que pode ser feito tanto a partir do infralegalismo autoritário, ou pela disseminação de desinformação (*fake news*) por meio de plataformas digitais sem a devida regulamentação – acaba sendo normalizado no cotidiano político, destruindo importantes valores de sociabilidade como a tolerância política, o pluralismo de ideias e a confiança nas instituições, e criando um caldo cultural de desprezo pela democracia, pelo Estado de direito e pelos direitos fundamentais.

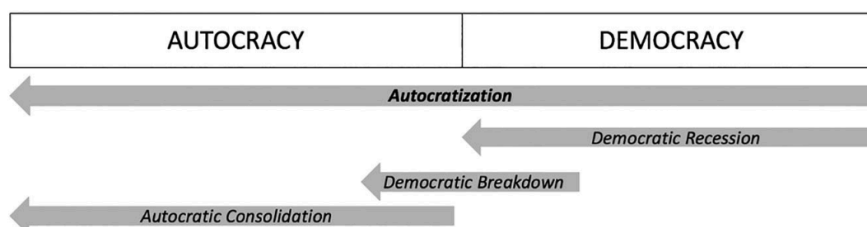
Além disso, o lento processo de retrocesso democrático faz com que regimes não sofram transições bruscas, como ocorria no século XX. Assim, uma das marcas da *terceira onda de autocratização* é a existência de “regimes mistos” ou “regimes

híbridos”, os quais se veem a meio caminho entre a democracia e a autocracia (cf. Diamond, 2002). Em artigo anterior, Lührmann, Tannenberg e Lindberg (2018) apresentam uma tipologia para classificação dos diferentes tipos de regimes, do mais democrático para o mais autoritário. Segundo os autores, existem quatro tipos de regimes – cujas definições estão representadas abaixo –, sendo eles: democracia liberal, democracia eleitoral, autocracia eleitoral e autocracia fechada.

Democracia		Autocracia	
Democracia liberal	Democracia eleitoral	Autocracia eleitoral	Autocracia fechada
Eleições livres e justas e o respeito ao Estado de direito e a direitos individuais.	Eleições livres e justas, mas com o respeito ao Estado de direito ou a direitos individuais comprometido.	Eleições realizadas apenas formalmente e respeito ao Estado de direito e a direitos individuais comprometido.	Sem eleições e sem respeito ao Estado de direito e a direitos fundamentais.

(Tabela elaborada pelos autores)³

Lührmann e Lindberg definem o fenômeno de autocratização como o declínio significativo dos requisitos que caracterizam uma democracia, levando à transformação de seu regime em um regime autocrático, ainda que por etapas, como se vê na imagem abaixo, retirada do artigo de Lührmann e Lindberg (2019, p. 1100).



³ Essa tabela é a tradução, para o português, de tabela com conteúdo semelhante presente no artigo de Lührmann, Tannenberg e Lindberg (2018, p. 63).

Os autores baseiam sua noção de democracia a partir do conceito de *poliarquia* elaborado por Robert Dahl, que se alicerça em seis garantias institucionais principais, quais sejam: (1) autoridades eleitas; (2) eleições livres e justas; (3) liberdade de expressão; (4) fontes alternativas de informação; (5) autonomia associativa e (6) cidadania inclusiva (Lührmann, Tannenbergl e Lindberg, 2018, p. 62; Dahl, 1971, p. 8).

Eles utilizam esses princípios para contabilizar o chamado “Índice de Democracia Eleitoral” (IDE), que varia entre os níveis de 0 a 1. Eles destacam que uma queda de 0,1 ou mais no IDE, em um período contínuo, indica um processo de autocratização (Lührmann e Lindberg, 2019, p. 1100), permitindo detectar erosões democráticas graduais que passam despercebidas por métricas tradicionais focadas em golpes de estado.⁴ Além do IDE, há outros quatro índices, sendo eles: Índice de

⁴ No site do V-Dem, eles explicam a metodologia utilizada da seguinte forma: “V-Dem uses innovative methods to aggregate expert judgments and thereby produce estimates of important concepts. We use experts because many key features of democracy are not directly observable. For example, it is easy to observe whether or not a legislature has the legal right to investigate an executive. However, assessing the extent to which the legislature actually does so requires evaluation by experts with extensive conceptual and case knowledge. V-Dem typically gathers data from five experts per country-year observation, using a pool of over 4,000 country experts who provide judgment on different concepts and cases. Experts hail from almost every country in the world, allowing us to leverage diverse opinions. Despite their clear value, expert-coded data pose multiple problems. Rating concepts requires judgment, which varies across experts and cases; it may also vary systematically across groups of experts. We address these concerns by aggregating expert coded data with a measurement model, allowing us to account for uncertainty about estimates and potential biases. The logic of the V-Dem measurement model is that an unobserved concept exists (e.g. a certain level of academic freedom and freedom of cultural expression) but we only see imperfect manifestations of this concept in the form of the ordinal categories which experts use to code their judgments. Our model converts these manifest items (expert ratings) to a single continuous latent scale and thereby estimates values of the concept. In the process, the model algorithmically estimates both the degree to which an expert is reliable relative to other experts, as well as the degree to which their perception of the response scale differs from other experts. Similarly, we use patterns of overlapping coding – both in the form of experts who code multiple countries and experts who code hypothetical cases (anchoring vignettes) – to estimate the degree to which differences in scale perception are systematic across experts who code different sets of cases. Given the iterative nature of the estimation process, these estimates of reliability and scale perception weight an expert’s contribution to the estimation of the unobserved concept. In the resulting V-Dem dataset, we present users with a best estimate of the value for an observation (the point estimate), as well as an uncertainty estimate (the credible regions, a Bayesian corollary of confidence intervals). More precisely, the output of the measurement model is an interval-level point estimate of the latent trait that typically varies from –5 to 5, and its associated measurement error. These estimates are the best for use in statistical analysis. However, the interval-level estimates are difficult for some users to interpret substantively. We therefore also provide interval-level point estimates that we have linearly transformed back to the coding scale that experts originally used to code each case. These estimates typically run from 0 to 4; users can refer to the V-Dem codebook to substantively interpret them. Finally, we provide ordinal versions of each variable for applications in which users require ordered

Democracia Deliberativa (IDD); Índice de Democracia Participativa (IDP); Índice de Democracia Igualitária (IDI); e, não menos importante, o Índice de Democracia Liberal (IDL).⁵

Neste artigo, embora utilizemos estas noções que se encontram abarcadas no conceito de *terceira onda de autocratização* de Lührmann e Lindberg como fonte metodológica de análise, e que são umbilicalmente ligados aos relatórios do *V-Dem* – posto que ambos são pesquisadores deste instituto, que é atrelado à Universidade de Gotemburgo, na Suécia – não limitaremos nosso estudo a tais dados, mas analisaremos ainda a qualidade da democracia argentina a partir de outros estudos como a *Freedom House*, o relatório do *IDEA*, e mesmo outros dados. Além disso, como demonstramos neste capítulo, há uma série de estudiosos que são fontes de conceitos e interpretações do novo autoritarismo, o que serão levados em conta.

3. JAVIER MILEI E A TERCEIRA ONDA DE AUTOCRATIZAÇÃO

Nas eleições presidenciais de 2023, Javier Milei, foi eleito presidente com aproximadamente 56% dos votos no segundo turno, derrotando o governista Sergio Massa. Como um típico líder populista, Javier Milei se coloca como uma espécie de *redentor* de uma Argentina que sofre há décadas com crises econômicas⁶ e políticas. A frustração e o crescente ressentimento da população com a ineficácia dos governos anteriores, aliada aos altos níveis de corrupção e descrença nas

categorical values. Each of the latter two data versions are also accompanied by credible regions. The result of this process is a set of versions of indicators of democratic institutions and concepts, which allow academics and policymakers alike to understand the different features of a polity. The table summarizes the output with which we provide users”. Vale destacar que, desde 2024, o Democracy Report utiliza a metodologia ERT (Episódios de Transformação de Regime), um método científico mais sofisticado e cauteloso que identifica países em processo de democratização ou autocratização ao analisar pequenas mudanças anuais acumuladas no Índice de Democracia Eleitoral (IDE). Diferente do método anterior, que comparava apenas a variação entre pontuações de dez anos, o ERT considera a incerteza das medições e classifica episódios de transformação de forma mais precisa, distinguindo mudanças em curso e aquelas recentes, mas relevantes, como nos casos da Índia e Turquia. A metodologia permite retroagir o início dos processos de mudança ao ano em que começaram efetivamente e melhora a confiabilidade na identificação de tendências democráticas ou autocráticas, ainda que possa haver ajustes posteriores conforme novas evidências surgem (V-Dem, 2025).

⁵ Para uma explicação detalhada de cada índice, cf. https://v-dem.net/data_analysis/CountryGraph/

⁶ No que diz respeito à inflação argentina, a pesquisa do *Instituto Nacional De Estadística y Censos* (INDEC) demonstra que o país “registrou uma alta mensal de 25,5% em dezembro e acumulou um aumento de 211,4% nos doze meses de 2023” (INDEC, 2024, p. 3).

instituições, criou um terreno fértil para a polarização e para a germinação de ideias disruptivas em relação ao quadro institucional que se fazia atual.

Muito embora Milei se autoproclame como uma figura política absolutamente inovadora no cenário argentino, é possível verificar que tanto seu discurso como suas práticas políticas encontram eco em outros líderes da extrema-direita global. Suas promessas de dismantelar instituições tradicionais – como o Banco Central argentino – bem como a forma com que ele interpreta a *práxis* política a partir de um discurso de *antagonismo* (cf. Mouffe, 2005) são indícios de que a *terceira onda de autocratização* esteja se aproximando da Argentina de Milei.

Este capítulo examina como o governo de Milei se encaixa nessa tendência global, abordando o conteúdo ideológico de sua retórica, bem como as ações efetivamente tomadas após as eleições, com um foco especial nos quesitos que Lührmann e Lindberg estabeleceram para definir um processo de autocratização, conforme o capítulo anterior.

3.1. O Discurso ideológico de Javier Milei

É possível afirmar que o conteúdo ideológico de Javier Milei compatibiliza duas linhas de pensamento: um econômico e outro político. De um lado, seu discurso possui um núcleo de ultraliberalismo econômico, construído sob inspiração de autores como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek (Escola Austríaca) e Milton Friedman (Escola de Chicago) (cf. Zilla, 2024; Morresi e Ramos, 2023). Sob tal roupagem do liberalismo – de vertente exclusivamente economicista, posto que abandona e minimiza elementos fundamentais do liberalismo político voltados à limitação, separação de poderes e proteção a certos direitos inegociáveis –, Javier Milei se apresenta como defensor da diminuição do Estado e se coloca contrário a políticas de efetivação de direitos sociais. Para Milei, o direito à propriedade, aliado à liberdade de mercado, é o único entre os direitos fundamentais que jamais deve ser flexibilizado por atos estatais ou consensos sociais. Como bem afirma Kordon (2022), a visão do liberalismo de Milei passa por uma centralização excessiva da importância do direito à propriedade, que jamais deve ser flexibilizado por atos

estatais ou consensos sociais,⁷ como clara negação à ideia de função social da propriedade. Seguindo essa perspectiva, até o direito à liberdade acaba sendo interpretado à luz do direito à propriedade, não o inverso. Nesse sentido, há um discurso de oposição a qualquer tipo de ação afirmativa de proteção a minorias historicamente marginalizadas, sob o argumento de que tais medidas criam novos privilégios e distorcem o livre mercado (Zilla, 2024, p. 3). Essa oposição é parte de uma crítica mais ampla àquilo que Milei – e outros populistas da extrema-direita – identificam como “marxismo cultural” (Zilla, 2024, p. 3).

Ao contrário de outros pensadores liberais como John Rawls e Ronald Dworkin – preocupados com a relação entre igualdade e liberdade enquanto pré-condição de uma sociedade justa e garantidora do princípio da dignidade humana, em que todos os indivíduos devem ser tratados com igual respeito e consideração (*equal respect and concern*) (Dworkin, 1985; Rawls, 2008) –, Milei acredita que a igualdade deve sempre ceder lugar a um tipo específico de liberdade, a de mercado. Para ele, políticas públicas e direitos sociais são encarados como expressões de um Estado inoperante, corrupto e autoritário. Outras liberdades – como as de expressão, reunião, crença e sexual – não recebem o mesmo destaque em seu discurso, praticamente ausentes de sua perspectiva ideológica. Assim, seu alegado compromisso irrestrito com a liberdade revela-se, ao mesmo tempo, parcial e retórico. Nesse contexto, Milei adota uma postura crítica em relação ao Estado e à sua intervenção na economia, caracterizando-o como uma organização criminosa devido à cobrança coercitiva de impostos (Zilla, 2024).

Mas para além da visão economicista, Javier Milei também adota uma visão ideológica de matiz cultural, abarcando elementos de conservadorismo reacionário e antidemocrático, o que torna seu pensamento ainda mais controverso em diversos aspectos. Em artigo anterior, definimos o conceito de reacionarismo como uma ideologia: “(...) em defesa de um retorno violento a um passado romântico, idílico e

⁷ Nas palavras de Kordon (2022, p. 63, tradução nossa), “Milei mesmo assume: o liberalismo são outros valores: é o respeito irrestrito do projeto de vida do próximo, baseado no princípio de não agressão e em defesa do direito à vida, à liberdade e à propriedade, e as instituições são: a propriedade privada, o mercado livre de intervenção estatal, a competição entendida como livre entrada e saída, a divisão do trabalho e a cooperação social”.

que nunca existiu. Esse passado irreal teria sido contaminado pelos pecados da modernidade e do movimento intelectual, de matiz secular, do iluminismo” (Garzillo e Pires de Mello, 2023, p. 107). Este aspecto de “contaminação” pode ser verificado em Javier Milei, que se refere à elite política como os “parasitas”, a “casta”, que se alimenta da riqueza da Argentina (CNN, 2023). O discurso reflete um estilo populista segundo o qual a elite política é responsabilizada por todos os males do país (cf. Mounk, 2019). Para Milei, a política é vista como um “negócio sujo”, e ele despreza qualquer reconhecimento da desigualdade social como algo a ser combatido por políticas de redistribuição (Zilla, 2024). Entretanto, apesar de se apresentar como um defensor da liberdade individual, Milei relativiza os crimes cometidos pela ditadura militar argentina (1976-1983), minimizando o número de vítimas e questionando a narrativa de violações sistemáticas de direitos humanos (Martino, 2024). Essa postura o coloca em oposição aos movimentos de direitos humanos e à luta por memória, verdade e justiça no país (Zilla, 2024).

Zilla argumenta ainda que Milei frequentemente invoca uma retórica religiosa e mística para justificar suas ações políticas. A política, para Milei, é elevada a uma verdade objetiva e revelada, eliminando o espaço para o debate democrático e transformando o campo político em uma missão quase sagrada (Zilla, 2024, p. 4). Segundo a autora, as ideias de Milei expressam um desejo de retornar à Argentina do início do século XX, uma época que, curiosamente, antecede a introdução do sufrágio universal e secreto no país (Zilla, 2024, p. 4). Essa visão nostálgica de um passado hipotético faz parte de uma tendência mais ampla dentro da direita radical, que busca restaurar uma ordem social anterior, baseada em hierarquias tradicionais e na exclusão de minorias vulneráveis. Portanto, Javier Milei representa uma fusão de ideias que vai além do simples liberalismo econômico extremado. Ao rejeitar as conquistas sociais das últimas décadas e ao minimizar os crimes da ditadura militar, Milei oferece uma visão de sociedade que se baseia na exclusão, na repressão e na manutenção de hierarquias tradicionais.

3.2. O Governo de Javier Milei

Para um estudo detido dos atos até agora praticados por Javier Milei à frente da presidência da Argentina, é importante, do ponto de vista constitucional, iniciar a partir da chamada *Ley de Bases y Puntos de Partida para la Libertad de los Argentinos* (Lei nº 27.742). Em seu artigo 1º, a lei declara “emergência pública” nas áreas administrativa, econômica, financeira e energética, permitindo ao Executivo legislar por decretos durante um ano.⁸ Originalmente, a lei abarcava 11 áreas e se estenderia por dois anos, mas o Congresso reduziu essa abrangência. O projeto inicial de Milei, conhecido como *Ley Omnibus*, tinha mais de 300 artigos, propondo a privatização de empresas como *Aerolíneas Argentinas* e *Radio y Televisión Argentina*, além de endurecer o Código Penal, aumentando penas para organizadores de protestos (Smink, 2024). Esses atos revelam uma inclinação a governar sem a mediação do Legislativo, a partir de decisões centralizadas no Poder Executivo. Tal abordagem fere tanto o princípio de separação dos poderes constitucionais, como o caráter deliberativo da democracia, que exige a participação ativa do debate público, da sociedade civil e dos parlamentares na criação de normas e consensos. Reduz-se, assim, o espaço de diálogo entre instituições, enfraquecendo o pacto social e a qualidade da cultura democrática de um país, causando reflexos institucionais.

Essa lógica de concentração de poderes é confirmada a partir de análises do *Instituto IDEA* e da *Freedom House*. É o caso, por exemplo, do manejo de decretos na tentativa clara de subjugar o Poder Judiciário. Em 25 de fevereiro de 2025, o presidente nomeou dois ministros da Suprema Corte por decreto durante o recesso do Congresso, uma prática prevista em lei, mas até então não utilizada para a Suprema Corte e controversa diante da necessidade de aprovação legislativa (UOL, 2025). Um dos indicados tinha acusações de corrupção e violações éticas (UOL, 2025). Em 3 de abril, o Senado rejeitou as indicações dos juízes Ariel Lijo e Manuel

⁸ “Artículo 1º- Declárase la emergencia pública en materia administrativa, económica, financiera y energética por el plazo de un (1) año. Deléganse en el Poder Ejecutivo nacional las facultades dispuestas por la presente ley, vinculadas a materias determinadas de administración y de emergencia, en los términos del artículo 76 de la Constitución Nacional, con arreglo a las bases aquí establecidas y por el plazo dispuesto en el párrafo precedente. El Poder Ejecutivo nacional informará mensualmente y en forma detallada al Honorable Congreso de la Nación acerca del ejercicio de las facultades delegadas y los resultados obtenidos”.

García-Mansilla, indicando a resistência do Legislativo à tentativa do Executivo de controlar a Corte. García-Mansilla chegou a assumir o cargo, mas renunciou após a rejeição, e Lijo aguardou confirmação, deixando a Suprema Corte com apenas três dos cinco assentos preenchidos (International IDEA, 2025; Carta Capital, 2025). Este caso se enquadra em um sintoma claro da terceira onda de autocratização, referente à tentativa de captura de Judiciário, denominada na literatura como *court-packing* (Przeworski, 2019, p. 208). Além disso, vê-se a clara tentativa de se utilizar de instrumentos previstos em lei para alcançar uma finalidade antidemocrática, no caso, o controle da corte (Tushnet, ano; Lanau, ano). Em razão disso, o índice do Instituto IDEA registrou queda no quesito “independência do judiciário”, que numa escala de 0 a 1, passou de 0,58 em 2023 para 0,51 em 2024.⁹

Outro caso que merece atenção e que foi também objeto de reflexão pelo Instituto IDEA se deu no dia 29 de maio de 2025, a partir da assinatura do Decreto de Necessidade e Urgência nº 366/2025. Nesse caso, o governo Milei reformou o regime migratório argentino, novamente sem passar pelo Congresso. A reforma endureceu as condições para aquisição de residência permanente e cidadania, proibiu a entrada de migrantes com antecedentes criminais, acelerou processos de deportação e eliminou o acesso gratuito à saúde pública para migrantes temporários ou irregulares, salvo em casos de emergência (International IDEA). Nesse caso, é nítido que o *modus operandi* de Milei busca se coadunar com os métodos anti-imigratórios de Donald Trump, figura que, após sua eleição de 2024, passou a servir como um farol ideológico do presidente argentino (NYT, 2025).

No tema relacionado às liberdades de manifestações públicas, a Ministra da Segurança Nacional do governo Milei, Patricia Bullrich, introduziu a Resolução nº 943/2023, conhecida como *Protocolo para el Mantenimiento del Orden Público Ante el Corte de Vías de Circulación*. A norma autorizava a intervenção da Polícia Federal e das Forças de Segurança para manter a ordem nas vias públicas. Esse protocolo foi reforçado pela Resolução nº 949/2023, que previa a apuração dos custos das operações de segurança durante manifestações, para posterior cobrança dos responsáveis. Ambas as resoluções estão alinhadas à campanha política de Milei

⁹ Dados disponíveis em: <https://www.idea.int/democracytracker/gsoc-indices/>

popularizada sob o *slogan* “*el que corta, no cobra*”, ou seja, quem bloquear vias públicas em protestos não poderá mais receber benefícios sociais (Vázquez, 2023).

Por seu turno, em agosto de 2024 – e mais uma vez via do decreto – Javier Milei restringiu o alcance da Lei de Acesso à Informação Pública (Lei nº 27.275, de 2016). Essa medida bloqueou o acesso a documentos oficiais, deliberações e informações privadas de agentes públicos. Como atesta a *Freedom House*, essa medida foi amplamente criticada por jornalistas e organizações da sociedade civil por reduzir a transparência do governo. Outro fato explorado pela *Freedom House*, também remonta ao corte no orçamento das universidades de aproximadamente 30% em relação ao ano anterior de 2023. A medida motivou protestos massivos de estudantes e docentes. A resposta do governo incluiu acusações públicas contra as universidades, classificadas como corruptas e responsáveis por “doutrinação ideológica de esquerda” (Freedom House, 2025).

O governo Milei também direcionou ataques à assistência social. Após vencer as primárias (PASO), Milei chamou a justiça social de “aberração máxima” e reafirmou seu compromisso de eliminar a “casta” política, destacando que seu foco seria governar para a maioria que o elegeu (Micheletto, 2023). Nesse contexto, é significativo que ministérios como o da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho, Emprego e Seguridade Social, e o das Mulheres, Gêneros e Diversidade tenham sido dissolvidos, sendo substituídos pelo chamado “Ministério de Capital Humano”, conforme a Resolução nº 1/2023.

Sob o ponto de vista de nomeações controversas, destaca-se o caso de Rodolfo Barra por Javier Milei para o cargo de Procurador-Geral da Argentina. Barra foi juiz da Corte Suprema de Justiça (1990-1993) e Ministro da Justiça (1994-1996) no governo de Carlos Menem. No entanto, sua trajetória é marcada por controvérsias, incluindo sua filiação ao *Movimiento Nacionalista Tacuara*, organização de cunho antissemita e nacionalista. Uma fotografia recente mostrou Barra fazendo uma saudação nazista (Rein, 2023). Além disso, como aponta a Deutsche Welle, ele chegou a atacar uma sinagoga em Buenos Aires, o que reforça as preocupações sobre sua nomeação (Deutsche Welle, 2023).

Esse conjunto de medidas compõe um quadro coerente de autocratização gradual: uso abusivo de decretos para alterar leis e políticas públicas, ataques à independência do Judiciário, repressão da dissidência social, e cerceamento da transparência e da crítica acadêmica. Milei constrói assim um governo que mina os fundamentos da democracia argentina, corroendo instituições, direitos e o espaço público para pluralidade e contestação.

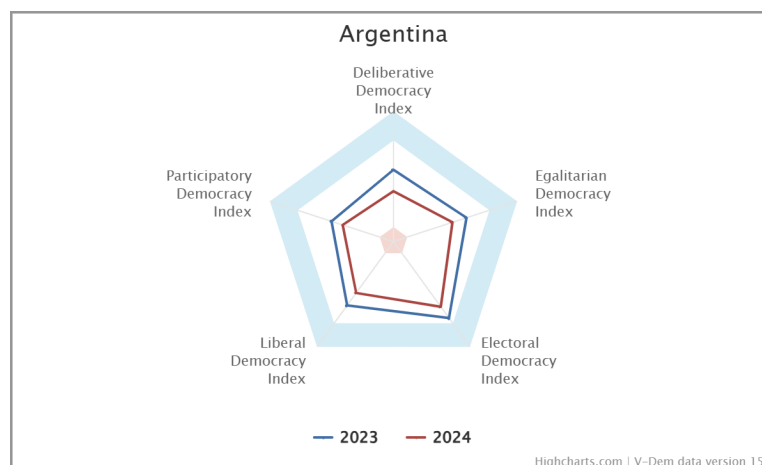
3.3. A gestão de Javier Milei sob a ótica do V-DEM

Segundo o relatório da *V-Dem* publicado em março de 2025 – que analisou os eventos políticos até o fim de 2024 –, a Argentina segue, mesmo sob o governo de Javier Milei, como uma democracia. Mais especificamente, uma *democracia eleitoral*, que é aquela em que há eleições livres e justas, mas que, ao mesmo tempo, apresenta algum grau de comprometimento no Estado de direito, na separação de poderes ou na proteção de direitos individuais (V-Dem, 2025).

Entre os anos de 2023 a 2024, o país não mudou sua posição no *ranking* do relatório, figurando em 53º no Índice de Democracia Liberal, à frente do Timor-Leste e atrás da Colômbia (Ibid., p. 62).

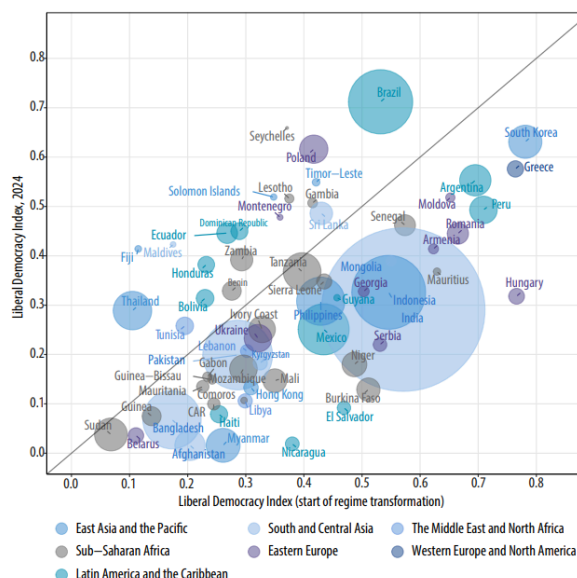
Entretanto, o relatório aponta que, entre 2023 a 2024 – período concernente ao início do governo de Javier Milei –, houve piora nos cinco eixos de análise: (1) democracia deliberativa (de 0,63 para 0,43); (2) democracia igualitária (de 0,68 para 0,54); (3) democracia participativa (de 0,57 para 0,46); (4) democracia eleitoral (de 0,84 para 0,71) e (5) democracia liberal (de 0,69 para 0,55) (V-Dem, 2025), conforme o quadro abaixo, produzido no próprio *site* do V-Dem.¹⁰

¹⁰ V-Dem, 2024.



Esses números foram também, de algum modo, representados no relatório de 2025, em um gráfico que compara a pontuação do IDL de outros países ao longo do tempo. No eixo x, encontra-se o ponto de partida em que determinado país passou a ter alterações na qualidade de sua democracia, seja para melhor ou pior. No eixo y, por seu turno, está o momento atual em que o país pontua no IDL. Desse modo, países que aparecem acima da linha diagonal estão em processo de *democratização*, enquanto países que estão abaixo estão no processo inverso, de *autocratização*. O tamanho das bolhas indica a população de cada país. Assim sendo, é possível verificar a Argentina como um país em *autocratização*.

FIGURE 11. DEMOCRATIZERS VS. AUTOCRATIZERS, BY POPULATION SIZE IN 2024



Muito embora o relatório aponte um nível de incerteza em relação aos dados da Argentina entre 20 a 30%, o relatório é direto ao afirmar que a Argentina de Milei vive um período de retração democrática, muito embora os sintomas de autocratização sejam bastante recentes (V-Dem, 2025).

4. Considerações Finais

O governo de Javier Milei marca uma ruptura com a tradição política argentina, apresentando um líder que se define como *outsider* anarcocapitalista. Dado o percurso tumultuoso da democracia na América Latina e na Argentina, não há dúvidas que o surgimento desse tipo de liderança política – sobretudo quando apresenta caracteres caudilhescos e populistas – é, por si só, um sintoma a ser observado com cautela pelos estudiosos da democracia.

De acordo com a metodologia de Lührmann e Lindberg, um regime deixa de ser democrático quando os princípios da *poliarquia* de Dahl são comprometidos. Além disso, os índices – principalmente o IDE e o IDL – devem sofrer um rebaixamento significativo por um determinado período.

Essa definição, no entanto, encontra certa dificuldade diante do que o próprio relatório apresenta sobre os processos de autocratização, que não são fáceis de detectar. Segundo o relatório, é difícil estabelecer um critério claro entre “pequenos declínios” e uma “autocratização genuína”, já que a característica da autocratização contemporânea é justamente que “as deteriorações são lentas e incrementais, dificultando distinguir o início dos ruídos nos dados”. O relatório ainda afirma que, no entanto, “à medida que pequenas deteriorações se acumulam em um grande declínio agregado”, essa incerteza tende a diminuir (V-Dem, 2025, p. 24).

Nesse sentido, em primeiro lugar, parece claro que a Argentina não se tornou uma ditadura nem um regime fechado no sentido clássico, como ocorre em países como a Rússia ou a Coreia do Norte. Para que isso acontecesse, seria necessário um rebaixamento substancial em elementos centrais da democracia, como o comprometimento das eleições, seja por fraudes, seja pela imposição de obstáculos a candidatos ou partidos de oposição. No entanto, tais situações ainda parecem bastante distantes da realidade argentina.

Por outro lado, observa-se que o relatório da V-Dem apresenta poucos indicadores relacionados a direitos sociais (saúde, educação, alimentação, renda, moradia), uma vez que a noção de “direitos” adotada por Lührmann e Lindberg parece estar mais vinculada aos chamados “princípios do liberalismo”. No contexto latino-americano, é fundamental adotar uma perspectiva decolonial dessa interpretação, pois a profunda desigualdade de renda e o baixo poder de compra nos países do Sul Global afetam, inevitavelmente, a qualidade da democracia e a estabilidade dos regimes. Para nós, a violação da igualdade compromete a noção de “justiça” — valor essencial à democracia — que deve coexistir com a formalidade de eleições justas e com o respeito aos princípios do liberalismo. Nesse sentido, há certas aporias metodológicas a serem aprimoradas na teoria sobre a terceira onda de autocratização proposta por Lührmann e Lindberg.

Feitas essas considerações, os dados do V-Dem 2025 indicam que a democracia argentina apresentou piora, em todos os índices analisados, no ano de 2024. A queda é significativa, especialmente considerando o curto espaço de tempo, e reflete a forma truculenta e apressada com que Javier Milei parece pretender

resolver problemas estruturais profundos da Argentina. Essa postura guarda semelhança com a forma política adotada por Donald Trump no início de seu segundo mandato, o que, de certo modo, parece ter concedido a Milei uma autorização implícita para radicalizar ainda mais.

Assim, combinando os dados de 2024 com a atual tendência de radicalização global impulsionada por Trump – ainda não registrada oficialmente em relatório da V-Dem –, parece plausível afirmar que a Argentina enfrenta o *início* de um processo de autocratização. Como é natural, os pontos de maior tensão poderão surgir em dois cenários: diante de forte pressão popular contrária a Milei ou em períodos eleitorais. Por ora, o governo vem desgastando, de forma gradual, os limites democráticos do país: o que não significa, de forma alguma, que essa robusta democracia careça de instituições sólidas e de uma sociedade civil ativa, capaz de defender-se de ameaças, como ocorreu no Brasil após 8 de janeiro de 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Balkin, Jack. **The Cycles of Constitutional Time**. New York: Oxford University Press, 2020.

Bermeo, Nancy. “On Democratic Backsliding”. **Journal of Democracy** (Baltimore) Vol. 27, Nº 1, 2016.

Picheta, Rob. “A far-right surge upends national politics. Here’s what we learned from the European elections”. Disponível em:

<https://edition.cnn.com/2024/06/10/europe/european-elections-explainer-intl/index.html>. Acesso em: 25 set. 2024.

Martino, Betiana Fernández. “Governo Milei publica vídeo polêmico em aniversário do golpe militar na Argentina”. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/governo-milei-publica-video-polemico-em-aniversario-do-golpe-militar-na-argentina/>. Acesso em: 01 oct. 2024.

Carta Capital. “Senado da Argentina derruba indiciados de Milei à Suprema Corte”. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/governo-milei-publica-video-polemico-em-aniversario-do-golpe-militar-na-argentina/>. Acesso em: 12/10/2025.

CNN. “O que Javier Milei quer dizer quando fala sobre casta?”. 18 out. 2023.

Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-javier-milei-quer-dizer-quando-fala-sobre-casta/>. Acesso em: 12 out. 2025.

Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. **Nunca Más**. Buenos Aires: EUDEBA, 1995.

Dahl, Robert A. **Polyarchy: Participation and Opposition**. New Haven: Yale University Press, 1971.

Deutsche Welle. “Milei dá cargo a ex-extremista que atacou sinagoga”. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2023/12/01/milei-da-cargo-a-ex-extremista-que-atacou-sinagoga.htm>. Acesso em: 25 set. 2024.

Diamond, Larry. **Ill Winds: Saving Democracy from Russian Rage, Chinese Ambition, and American Complacency**. New York: Penguin Press, 2020.

Diamond, Larry. “Elections without democracy: Thinking about hybrid regimes”. **Journal of Democracy** (Baltimore) Vol. 13, Nº 2, 2002.

Dworkin, Ronald. **A Matter of Principle**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1985.

Fukuyama, Francis. **The End of History and the Last Man**. New York: Free Press, 1992.

Freedom House. **Freedom in the World 2024: The Mounting Damage of Flawed Elections and Armed Conflicts**. Washington: Freedom House, 2024.

Garzillo, Rômulo; Pires de Mello, Isabella. “Carl Schmitt e bolsonarismo: conexões e paralelismos entre duas correntes reacionárias”. **Revista Bindi** (São Paulo) Vol. 2, Nº 2, 2023.

Harvey, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008 (2005).

Huntington, Samuel P. **The Third Wave of Democratization in the Late Twentieth Century**. London: University of Oklahoma Press, 1991.

International IDEA. “Democracy Tracker (GSOD indices)”. Disponível em: <https://www.idea.int/democracytracker/gcod-indices/>. Acesso em: 25 set. 2024.

Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC). “Índices de precios”. *Informes técnicos* (Buenos Aires) Vol. 8, Nº 1, 2024.

Kordon, L. “Lo nuevo al acecho. Javier Milei, derechos humanos y democracia en disputa”. **Revista Argentina de Ciencia Política** (Buenos Aires) Vol. 1, Nº 29, 2022.

Levitsky, Steven; Way, Lucan. **Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes after the Cold War**. Cambridge/London: Cambridge University Press, 2010.

Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Lührmann, Anna; Tannenberg, Marcus; Lindberg, Staffan I. "Regimes of the World (RoW): Opening New Avenues for the Comparative Study of Political Regimes". **Politics and Governance** (Lisboa) Vol. 6, Nº 1, 2018.

Lührmann, Anna; Lindberg, Staffan I. "A Third Wave of Autocratization is Here: What is New About It?". **Democratization** (United Kingdom) Vol. 26, Nº 7, 2019.

Mariano, Cynara Monteiro. "Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre". **Revista de Investigações Constitucionais** (Curitiba) Vol. 4, Nº 1, 2017.

Micheletto, Karina. "La justicia social, esa aberración, el lema de Javier Milei eligió para el festejo". Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/578531-que-se-vayan-todos-la-bandera-ganadora-de-milei>. Acesso em: 24 set. 2024.

Mouffe, Chantal. "Por um modelo agonístico de democracia". **Revista de Sociologia e Política** (Curitiba) Nº 25, 2005.

Mounk, Yascha. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Morresi, Sergio; Ramos, Hugo. "Apuntes sobre el desarrollo de la derecha radical en Argentina: el caso de 'La Libertad Avanza'". **Caderno CRH** (Salvador) Vol. 36, 2023.

New York Times. "Mirroring Trump, Milei Pulls Argentina From W.H.O.". Disponível em: <https://www.nytimes.com/2025/02/05/world/americas/argentina-who-withdrawal-trump.html>. Acesso em: 12 ago. 2025.

Novaro, Marcos; Palermo, Vicente. **A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de estado à restauração democrática**. São Paulo: EDUSP, 2007.

Oliveros, Virginia; Simison, Emilia. "Why Did Argentina Just Elect a Radical Right-Wing Political Outsider?". Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/elections/why-did-argentina-just-elect-a-radical-right-wing-political-outsider/>. Acesso em: 30 set. 2024.

Przeworski, Adam. **Crises of Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

Rawls, J. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Rein, Raanan. “Rodolfo Barra, Milei y el eterno retorno de Tacuara”. Disponível em: https://www.clarin.com/opinion/rodolfo-barra-milei-eterno-retorno-tacuara_0_6yenzRiMY7.html. Acesso em: 24 set. 2024.

Smink, Veronica. “4 grandes cambios que contempla la Ley Bases, la primera legislación que Milei logró aprobar en el Congreso de Argentina (y el regreso del impuesto a las ganancias)”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cekm45e3rypo>. Acesso em: 23 set. 2024.

Teles, Janaína (org.). **Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?** São Paulo: Humanitas, 2001.

UOL. “Alvo de denúncias, Milei nomeia dois juízes da Suprema Corte por decreto”. 25 fev. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/02/25/milei-nomeia-dois-juizes-para-a-suprema-corte-da-argentina-por-decreto.htm>. Acesso em: 12 ago. 2025.

Varieties of Democracy Institute (V-Dem). **Relatório da Democracia 2025: 25 anos de autocratização – Foi a democracia derrotada?** Tradução portuguesa por Joana Rafael Pereira. Gothenburg: V-Dem Institute, março 2025. Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/63/V-DemDemocracyReport_portuguese_2025_lowres.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

Varieties of Democracy Institute (V-Dem). “Country Graph”. Disponível em: https://v-dem.net/data_analysis/VariableGraph/. Acesso em: 25 set. 2024.

Vázquez, Bernardo. “El que corta no cobra: los piqueteros le responden a Milei y ya tienen fecha para salir a la calle”. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/corta-cobra-piqueteros-responden-milei-fecha-salir-cal-le_0_yM4A4LfNq7.html. Acesso em: 25 set. 2024.

Vieira, Oscar Vilhena; Glezer, Rubens; Barbosa, Ana Laura. “Autoritarismo infralegal”. In: Vieira, Oscar Vilhena; Cavalcanti, Thiago (orgs.). **Direito, autoritarismo e democracia**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2022, pp. 589-608.

Zilla, Claudia. “Javier Milei’s Ideology and Policy: Libertarian Populism in Argentina”. **SWP Comment** (Alemania) Nº 37, 2024.

ISSN nº 2359-0106

Vol. 12, n. 2, 2025.

<https://doi.org/10.20873/ufv.2359-0106.2025.v12n2.p76-100>